



COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE
REQUERIMENTO Nº DE 2013
(Do Sr. Vanderlei Macris)

Solicita a realização de Audiência Pública com a presença dos membros do Conselho de Administração da Petrobras S.A., na gestão do ano de 2010, para prestarem esclarecimentos sobre a conformidade entre indícios de superfaturamento em contratos firmados entre a empresa estatal e a construtora Odebrecht e o que foi efetivamente aprovado e autorizado pelo referido Conselho.

Senhor Presidente:

Requeiro a V. Exa., com fundamento no art. 58, § 2º, V da Constituição Federal, ouvido o plenário, se digne a adotar as providências necessárias para a realização de Audiência Pública com a presença dos membros do Conselho de Administração da Petrobras, com mandato vigente em 2010, abaixo nominados, para prestarem esclarecimentos a esta Comissão sobre a análise, aprovação e autorização para que a Diretoria Executiva da Petrobras firmasse contrato no ano citado com a construtora Odebrecht, visando a execução de serviços em dez países, contrato este eivado de irregularidades segundo declaração de membro do Ministério Público da União.

Membros do Conselho de Administração da Petrobras objeto do convite:

- Guido Mantega (representante do acionista controlador);
- Márcio Zimmermann (representante do acionista controlador);
- José Sérgio Gabrielli de Azevedo (representante do acionista controlador);
- Francisco Roberto de Albuquerque (representante do acionista controlador);
- Fabio Colleti Barbosa (representante dos acionistas minoritários detentores de ações ordinárias);
- Jorge Gerdau Johannpeter (representante dos acionistas minoritários detentores de ações preferenciais);

FD49073B28

FD49073B28



CÂMARA DOS DEPUTADOS

- Silas Rondeau Cavalcante Silva (representante do acionista controlador);
- Luciano Galvão Coutinho (representante do acionista controlador); e
- Sergio Franklin Quintella (representante do acionista controlador).

JUSTIFICAÇÃO

Mais uma vez a Petrobras é notícia nos grandes veículos de informação do País. Não por ter aumentado sua produção de petróleo ou gás natural, ou por estar em vias de alcançar, finalmente, a autossuficiência, ou por estar, supostamente, com os cronogramas das grandes refinarias em construção em dia, ou por ter recuperado seus R\$ 48 bilhões perdidos desde 2002 pela defasagem nos preços dos combustíveis, ou por ter diminuído a importação de derivados de petróleo que sangra a estatal todos os anos, mas por ser protagonista de mais um escândalo.

Contrato celebrado em outubro de 2010, sob a então presidência de José Sérgio Gabrielli, com a construtora Odebrecht, previa a execução de serviços em dez países, dentre os quais, Estados Unidos, Japão, Bolívia, Paraguai, Argentina entre outros, ao custo total de R\$ 825 milhões para a execução de obras e que após análise do Ministério Público da União descobriu-se que 50% desse montante na verdade não estavam destinados a obras, mas a atividades administrativas como supervisão do contrato e planejamento.

O Portal “Agência Estado”, em matéria de 10/0/2013, sob o título “Petrobrás apura ágio de 1.600% da Odebrecht” transcrita abaixo, faz referência direta aos detalhes do contrato inclusive com a gravíssima conclusão a que chegaram consultores contratados pela Petrobras, em relatório apresentado em novembro de 2011, após a saída do ex-Presidente Gabrielli de que *80% dos projetos analisados não tinham dados suficientes para sua execução. Foram incluídas “instalações, projetos e serviços desnecessários, obsoletos ou incompatíveis com o propósito contratual”, diz o documento da Petrobrás (grifo nosso).*

Petrobrás apura ágio de 1.600% da Odebrecht

Auditoria da estatal aponta sobre Preços em contrato que variam de 9% a 1.654%

O contrato firmado em 2010 entre a Petrobrás e o grupo Odebrecht, para prestação de serviços em dez países, incluiu itens com preços inflados que, em alguns casos, ultrapassavam a marca de 1.000%. Auditoria interna da

FD49073B28

FD49073B28



petroleira comparou os preços acordados no contrato com médias de preços em cada país. O resultado mostrou que na Bolívia, por exemplo, os itens estavam entre 9% e 1.654% mais caros; no Chile, entre 14% e 598%; na Argentina o sobrepreço médio foi de 95%.

Documentos da petroleira, obtidos com exclusividade pelo Broadcasty serviço em tempo real da Agência Estado, mostram também que no contrato (PAC SMS) houve inclusão indevida de impostos na formação de preços nos Estados Unidos, Chile e Argentina, elevando o valor dos serviços em US\$ 15 milhões.

Mesmo antes do início dos trabalhos, 60% dos 358 projetos de SMS, sigla referente às áreas de segurança, meio ambiente e saúde foram retirados do acordo. Mas o contrato não protegia a Petrobrás e os valores dos projetos cortados foram incluídos - e parcialmente pagos - sob outra rubrica (mobilização). Sob a descrição genérica de "passivo e gestão", sem o detalhamento do tipo de serviço, aparecem US\$ 91 milhões.

As instalações onde os serviços seriam feitos incluíram a refinaria de Okinawa (Japão), refinaria de Bahia Blanca (Argentina) e Montevideo Gás (Uruguai) e refinaria de San Lorenzo, na Argentina, vendida em 2011 para Cristóbal López, empresário com investimentos no ramo de cassinos e fortes vínculos com o governo da presidente Cristina Kirchner.

Irregularidades. *A lista de irregularidades no contrato da Odebrecht com a Petrobrás começou antes da assinatura do acordo e incluiu o escopo dos serviços, composição de custos e condução da disputa.*

O processo licitatório já estimava gastar US\$ 784 milhões com o projeto, disputado também pelas construtoras Andrade Gutierrez e OAS e vencido pela Odebrecht, por US\$ 825 milhões.

O relatório dos auditores internos da Petrobrás mostra que, quando foram calculadas as estimativas de preços e assinado o contrato entre a estatal e a Odebrecht, em 26

FD49073B28

FD49073B28



CÂMARA DOS DEPUTADOS

de outubro de 2010, o detalhamento dos projetos não estava completo.

Além de destacar a ausência de um material em inglês, obrigatório diante da presença de companhias estrangeiras no processo licitatório, a auditoria ressalta que uma das empresas convidadas não tinha qualquer experiência em SMS. A auditoria conclui também que mais da metade (52%) da planilha de preços continha, escritos à mão, itens "arbitrados com quantidade 1 ou 2". A planilha foi apresentada "sem fundamentação técnica" e o fato de prever uma ou duas unidades para milhares de itens indicaria um preenchimento aleatório. Três semanas depois da assinatura, em 11 de novembro de 2010, a Petrobrás contratou uma consultoria de Niterói (RJ) comandada por dois engenheiros aposentados da petroleira para de fato fazer o projeto. O contrato (SAP 4600323905) com a consultoria custou R\$ 29 milhões e ficou pronto em setembro de 2011.

A conclusão dos consultores foi que 80% dos projetos analisados não tinham dados suficientes para sua execução. Foram incluídas "instalações, projetos e serviços desnecessários, obsoletos ou incompatíveis com o propósito contratual", diz o documento da Petrobrás.

Os serviços continuam em andamento e têm previsão de entrega em fevereiro de 2014, quando expira o contrato.

Outro lado. A Odebrecht disse, em nota, que "nega veementemente qualquer irregularidade nos contratos firmados com a Petrobrás, conquistados legitimamente por meio de concorrências públicas". O diretor do contrato, Marco Duran, disse que o valor contratado foi diretamente afetado pela redução de escopo do contrato decorrente do plano de desinvestimentos da Petrobrás. O diretor acrescentou que cinco dos dez países contemplados foram retirados por este motivo, restando Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai e EUA. Duran disse desconhecer os cálculos de sobre preço citados em documentos da Petrobrás.

No caso da Bolívia, o executivo disse que o país já havia sido excluído do acordo quando a Odebrecht começou

FD49073B28

FD49073B28



CÂMARA DOS DEPUTADOS

seus trabalhos. "Nunca fui à Bolívia, não fiz o levantamento dos trabalhos a serem realizados. Logo, não tenho o orçamento."

O processo licitatório 001/2010 diz que a Petrobrás previa gastar US\$ 675,8 milhões na Bolívia. A Odebrecht ofereceu US\$ 1,218 bilhão. A Andrade Gutierrez e a OAS, que perderam a licitação, ofereceram US\$ 1,513 bilhão e US\$ 1,548 bilhão, respectivamente, segundo documentos obtidos pelo Broadcast. Até julho de 2012, a documentação não aponta desembolsos para Bolívia, Equador, Colômbia e Japão.

De forma complementar, o Portal da "Agência Estado", de 11/11/2013, sob o título "MP vai apurar contrato da Odebrecht", menciona a iniciativa do Ministério Público Federal, de ouvir os Diretores da Petrobras, à época, sobre o contrato.

MP vai apurar contrato da Odebrecht

Acordo de prestação de serviços é investigado pela Petrobrás por suspeita de superfaturamento

O Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União (MP/TCU) quer ouvir diretores executivos da Petrobrás que autorizaram, em 2010, o contrato de prestação de serviços de US\$ 825 milhões da estatal com a Odebrecht. O acordo está sendo investigado por suspeita de superfaturamento.

Relatórios de auditoria interna da petroleira obtidos pelo Broadcast, serviço em tempo real da Agência Estado, mostram que a documentação do contrato, ainda em vigor, "foi exaustivamente analisada nos gabinetes dos diretores". O procurador Marinus Marsico encaminhou representação ao Ministério Público Federal do Rio recomendando que os executivos sejam ouvidos. "(As investigações) podem ensejar ilícitos de ordem penal e também levar a ação de improbidade", disse.

O contrato sob suspeita foi assinado em outubro de 2010 para prestação de serviços em dez países. Incluiu 8.800 itens, mais da metade deles com indícios de irregularidades, como previsão de aluguel de três máquinas fotocopadoras por \$ 7,2 milhões, de aluguel de

FD49073B28

FD49073B28



CÂMARA DOS DEPUTADOS

um terreno próprio e de salário mensal de R\$ 22 mil mensais a pedreiros nos Estados Unidos. Auditoria interna iniciada em 2011 na Petrobrás detectou sobre preços que chegaram a até 1.654% em relação à média de preços cobrada em cada um dos países. Consultoria externa contratada pela Petrobrás também chegou à conclusão de que 80% dos projetos não tinham detalhamento suficiente para serem executados.

O contrato com a Odebrecht foi reduzido quase à metade neste ano, depois da auditoria que considerou a contratação equivocada e recomendou a revisão. O corte foi de pelo menos US\$ 344 milhões, para US\$ 481 milhões.

Presidente. Ao anunciar o corte ao conselho de administração no início deste ano, a presidente Graça Foster, também estava disposta a reduzir ainda mais o contrato. Segundo fontes que acompanharam o processo, ela estava disposta a repassar a empresas locais serviços somando cerca de US\$ 80 milhões, caso elas tivessem preços mais baixos que os da Odebrecht. A Petrobrás não comentou se houve mais redução nos últimos meses. O acordo foi fechado pela diretoria Internacional da empresa. Hoje, a área está sob responsabilidade de Graça Foster, que acumula funções. O contrato expira em fevereiro de 2014.

A Odebrecht nega qualquer irregularidade nos contratos firmados com a Petrobrás, "conquistados legitimamente por meio de concorrências públicas". A empresa declara que não foi envolvida e desconhece o questionamento da auditoria da Petrobrás em relação ao contrato PAC SMS. "O valor contratado foi diretamente afetado pela redução de escopo do contrato decorrente do plano de desinvestimentos da Petrobrás."

Diferença

US\$825 mi era o valor original do contrato entre Petrobrás e Odebrecht e US\$481mi foi o valor após o corte promovido pela estatal.

FD49073B28

FD49073B28



Os elementares princípios da administração pública rezam que todo projeto que envolva recursos públicos deve ser conduzido no intuito de proporcionar as melhorias almejadas com o máximo de economia, competência técnica, responsabilidade, e zelo gerencial.

Tudo isso, ao que consta, foi deixado de lado pela Petrobras nos últimos anos, pois a sequência de eventos adversos é extensa. Recordemos da questão da Refinaria de Pasadena, nos Estados Unidos, em apuração no Tribunal de Contas da União e no Ministério Público Federal, e também, coincidentemente, ocorrida na gestão do mesmo ex-presidente da estatal.

De forma mais contundente, matéria veiculada pelo Portal “Folha de São Paulo”, de 12/12/2013, informa:

MP investiga contratos internacionais da Petrobras

O Ministério Público no Tribunal de Contas da União pretende fazer devassa nos contratos feitos pela diretoria internacional da Petrobras.

"Estamos detectando que essa diretoria é a mais problemática", disse o procurador do Ministério Público no TCU Marinus Marsico.

A área de abastecimento, responsável pela construção das refinarias Abreu e Lima, em Pernambuco, e Comperj (Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro) também está sendo investigada pelo TCU, que já constatou diversas irregularidades.

Mas, diz Marsico, nada se compara ao que encontrou na investigação de um contrato entre a estatal e a construtora Odebrecht, revelado na semana passada pelo jornal "O Estado de S. Paulo".

"Esse talvez tenha sido o pior contrato, com mais irregularidades, que já examinei", disse.

O contrato com a Odebrecht foi assinado em 2010, quando José Sergio Gabrielli era presidente da empresa e Jorge Zelada o diretor da área internacional.

O contrato, de US\$ 825 milhões, previa serviços em dez países, como Argentina e EUA. Segundo o procurador, quase metade do contrato não era para execução de

FD49073B28

FD49073B28



CÂMARA DOS DEPUTADOS

obras, mas dedicado a planejamento, acompanhamento e supervisão do contrato.

Apesar de cortado pela metade pela atual presidente da estatal, Graça Foster, US\$ 200 milhões já tinham sido executados. Ele se surpreendeu com o fato de a Petrobras ter pago

US\$ 29 milhões a uma empresa que tinha como incumbência apenas dizer o que fazer no contrato.

A Petrobras não quis comentar o assunto. A empresa pediu que o inquérito corra sob sigilo de Justiça.

Pelo visto, a continuar a frequência com que os indícios de irregularidades na Petrobras têm sido trazidos à baila, em breve os órgãos máximos de auditoria terão que criar uma divisão administrativa exclusiva para assuntos da Petrobras.

Por todo o exposto e em função da relevância do tema abordado, é fundamental que a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle obtenha a oitiva dos membros do Conselho de Administração da Petrobras na audiência que ora se propõe para que possamos ter ciência do que efetivamente foi autorizado e aprovado pelo Conselho e as práticas utilizadas pela empresa no presente episódio, visando a preservação da coisa pública que é do interesse desta Casa.

Sala das Comissões, em 12 de novembro de 2013.

Deputado **VANDERLEI MACRIS**
PSDB/SP

FD49073B28

FD49073B28